



PARECER DO CONSELHO FISCAL
ao
Relatório de Atividades e Contas de 2025

O Conselho Fiscal, no cumprimento das suas competências previstas na alínea c) do artigo 31º do Compromisso da Irmandade, procedeu à apreciação do Relatório de Atividades e de Contas do exercício de 2025 da SCMAT, que nos foi remetido pela Mesa Administrativa no passado dia 24 de abril, bem como à emissão do correspondente Parecer, conforme seguidamente se apresenta.

I. Relatório

Em primeiro lugar, referir que o Relatório de Atividades e de Contas do exercício de 2025 foi elaborado e subscrito pela atual Mesa Administrativa. Todavia, atendendo a que a atual Mesa Administrativa tomou posse no dia 3 de agosto de 2025, as contas do exercício de 2025, incluindo os resultados obtidos, ficaram a dever-se a três meses da gestão da Mesa Administrativa anterior, a quatro meses de gestão da Comissão Administrativa e a cinco meses de gestão da atual Mesa Administrativa.

O Conselho Fiscal procedeu à análise do Relatório de Atividades e de Contas do exercício de 2025, bem como à análise da informação adicional fornecida, nomeadamente os Balancetes da contabilidade do mês de dezembro, antes e após as regularizações contabilísticas de final do ano e dos extratos anuais de todas as contas.

Referir ainda que o Conselho Fiscal procedeu oportunamente à conferência do Balancete de dezembro de 2025, antes e após lançamentos de regularização do exercício, bem como das Demonstrações Financeiras e Anexo às contas, estando as mesmas devidamente validadas e em conformidade com os normativos legais aplicáveis.

Os **rendimentos totais** atingiram em 2025 o montante de 665.257,47 euros, mais 28.029 euros (4,4%), que no ano anterior. Para esta evolução positiva, contribuiu fundamentalmente o aumento das mensalidades dos utentes de ERPI em 22.868 euros



**SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE AMIEIRA DO TEJO**

Conselho Fiscal

(+8,1%) e o aumento das comparticipações da segurança social para ERPI em 27.750 euros (+18,2%).

O aumento das mensalidades dos utentes de ERPI, de 8,1%, deveu-se, essencialmente ao aumento das mensalidades ocorrido no início do ano, de 3,85%, e ao aumento extraordinário, em média de 10%, a partir do mês de outubro de 2025.

No que respeita às comparticipações financeiras da segurança social para ERPI, o Compromisso Cooperação para o Setor Social e Solidário - biénio 2025-2026, aprovou a atualização das comparticipações a partir de janeiro em 4,9%, bem como uma majoração de 7,1% (atualização total de 12,1%), para dar resposta às situações das respostas sociais deficitárias, para uma convergência com o Pacto de Cooperação. O aumento real verificado nas comparticipações financeiras recebidas nesta resposta social de 18,2% veio confirmar que as comparticipações financeiras da Segurança Social acabaram ainda por ser superiores às previstas no Compromisso de Cooperação.

Os **gastos totais** atingiram os 645.971,26 euros no final de 2025, representando um decréscimo de 1,3% (-8.773 euros) face ao ano anterior. Recorde-se que em 2024 foi contabilizado em gastos de exercícios anteriores o prejuízo verificado no Projeto CLDS 4G, no montante de 9.068,98 euros, que decorreu entre 2020 e junho de 2023, pelo que sem este gasto a variação anual dos gastos totais teria sido nula.

Salienta-se a redução verificada nos gastos com os géneros alimentares de 12.650 euros (-14,1%) para 77.192 euros em 2025, influenciada pela redução do número de utentes nas respostas sociais de SAD e CD, mas também devido ao controlo e rigor nas aquisições de alimentos para a confeção de refeições.

No que respeita aos Fornecimentos e Serviços Externos que atingiram os 106.912,76 euros, regista-se uma redução de 14.476 euros (-11,9%), decorrente fundamentalmente das reduções nas rubricas de conservação e reparação de 50,1% (-8.053 euros), honorários (-7.168 euros), fraldas e descartáveis (-4.864 euros) e gasóleo (-1.199 euros). Em sentido contrário regista-se um aumento dos consumos de eletricidade em 17,2% (+3.509 euros), do seguro multirriscos (+975 euros) devido ao aumento dos capitais seguros e aumento de 90,9% (971 euros) dos consumos de material de escritório.



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AMIEIRA DO TEJO

Conselho Fiscal

Os gastos com o pessoal, que representam 63,3% na estrutura dos custos, atingiram 408.825,92 euros, mais 6,9% (+26.514 euros) que o valor registado em 2024, decorrente fundamentalmente da atualização da tabela salarial da UMP em cerca de 6% face ao ano anterior.

As amortizações do exercício atingiram os 52.370,33 euros, mais 2.610 euros (5,2%) que no ano anterior, devido aos investimentos do ano e respetivas amortizações.

Os resultados líquidos do exercício de 2025, de 19.286,21 euros, contrastam com o prejuízo de 17.515,67 euros do ano anterior, deveram-se fundamentalmente ao aumento das mensalidades dos utentes de ERPI (+22.868 euros), como referido anteriormente, com um maior impacto do aumento de 18,2% das comparticipações financeiras da segurança social de ERPI (+27.750 euros), que permitiram também compensar a perda de rendimentos de SAD em 2025, de 26.398,50 euros (-9.702 euros de mensalidades e -16.697 euros de comparticipações financeiras da segurança social).

Globalmente, verificou-se a recuperação do equilíbrio económico das contas da Instituição, influenciado, obviamente, pelo aumento significativo das comparticipações financeiras da segurança social na resposta social ERPI, que nos anos anteriores era deficitária e não permitia a cobertura dos gastos totais por utente de ERPI.

Finalmente, a análise efetuada às Demonstrações Financeiras e ao respetivo Anexo permitiu concluir que estão bem elaboradas e em conformidade com os normativos legais aplicáveis, refletindo a atividade desenvolvida pela Instituição em 2025.

2. Parecer

Face ao exposto, o Conselho Fiscal deliberou, por unanimidade, dar o seu Parecer favorável ao Relatório de Atividades e Contas de 2025, por refletir de forma verdadeira e apropriada a situação económica e financeira da SCMAT, estando em condições de merecer a aprovação da Assembleia Geral.



**SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE AMIEIRA DO TEJO**

Conselho Fiscal

Deliberou ainda, por unanimidade, dar o seu parecer favorável à proposta de aplicação do resultado líquido do exercício, de 19.286,21 euros, através da sua transferência para a conta 561- Resultados Transitados e da transferência do resultado negativo de 17.515,67 euros do ano anterior da conta 561- Resultados Transitados para a conta 5521-Reservas Livres.

Lisboa, 02 de maio de 2026

O Conselho Fiscal

António Carlos Constâncio de Matos (Presidente)

Carlos Alberto Farinha Ribeiro Alves (Vice-Presidente)

António Hermenegildo Marchão Fonseca (Secretário)